ALFABETIZAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS CIENTÍFICA

João Gonçalves dos Santos[1]
Lindalva Sâmela Jacaúna de Oliveira[2]

RESUMO: A alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental é um dos pilares para o desenvolvimento educacional e social das crianças. Nas últimas décadas, diversas pesquisas têm contribuído para a consolidação da alfabetização baseada em evidências científicas como uma abordagem eficaz no processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita. O objetivo deste trabalho é analisar de que maneira os estudos sobre a alfabetização baseada em evidências contribuem para a alfabetização dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com levantamento de publicações nacionais e internacionais que tratam do tema, incluindo artigos científicos, relatórios técnicos e diretrizes educacionais. Os resultados indicam que práticas baseadas em evidências promovem maior eficácia na alfabetização ao utilizar métodos sistemáticos de ensino da consciência fonêmica, fluência leitora, vocabulário e compreensão textual. Estudos apontam que programas estruturados, aliados à formação continuada de professores, resultam em avanços significativos no desempenho dos alunos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Conclui-se que a adoção de estratégias fundamentadas em evidências científicas representa um avanço significativo na política educacional brasileira, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e para a construção de uma base sólida na formação leitora dos estudantes. Recomenda-se o investimento em pesquisas aplicadas, políticas públicas consistentes e formação docente voltada para as práticas baseadas em evidências.

Palavras-chave: Alfabetização. Evidências científicas. Ensino fundamental. Consciência fonêmica. Políticas educacionais.

ABSTRACT: Literacy in the early years of elementary school is one of the pillars for the educational and social development of children. In recent decades, several studies have contributed to the consolidation of literacy based on scientific evidence as an effective approach in the teaching-learning process of reading and writing. The objective of this work is to analyze how studies on literacy based on evidence contribute to the literacy of students in the early years of elementary school. The methodology adopted was bibliographic research, with a survey of national and international publications that deal with the subject, including scientific articles, technical reports and educational guidelines. The results indicate that evidence-based practices promote greater effectiveness in literacy when using systematic methods of teaching phonemic awareness, reading fluency, vocabulary and textual comprehension. Studies indicate that structured programs, combined with ongoing teacher training, result in significant advances in student performance, especially in contexts of social vulnerability. It is concluded that the adoption of strategies based on scientific evidence

[1] Acadêmico do Curso de Pedagogia da Faculdade Boas Novas - FBN, e-mail: joao.santos@aluno.fbnovas.
[2] Orientadora do trabalho. Mestra em Educação e Ensino de Ciências da Amazônia. Professora do Curso de Pedagogia na Faculdade Boas Novas. E-mail: lindalva.samela@fbnovas.edu.br.

represents a significant advance in Brazilian educational policy, contributing to the reduction of educational inequalities and to the construction of a solid foundation in the reading development of students. Investment in applied research, consistent public policies and teacher training focused on evidence-based practices is recommended.

Keywords: Literacy. Scientific evidence. Elementary education. Phonemic awareness. Educational policies.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental representa um marco decisivo na trajetória escolar e no desenvolvimento cognitivo das crianças. Trata-se de um processo complexo que envolve não apenas o domínio das habilidades de leitura e escrita, mas também a construção de competências linguísticas, cognitivas e sociais que permitirão ao estudante avançar nos demais componentes curriculares. A consolidação desse processo nos primeiros anos escolares é determinante para garantir o sucesso acadêmico futuro e o exercício pleno da cidadania.

Apesar da obrigatoriedade de que crianças do 1o e 2o ano estejam alfabetizadas, ainda é recorrente a presença de estudantes nos anos subsequentes que não desenvolveram plenamente as habilidades essenciais de leitura e escrita. Essa realidade evidencia um problema sistêmico enfrentado por grande parte das redes de ensino do Brasil. De acordo com levantamentos recentes, aproximadamente 30% dos brasileiros são considerados analfabetos funcionais, ou seja, conseguem apenas decodificar palavras, mas não compreendem adequadamente o que leem. Tal cenário compromete o desempenho escolar, limita as oportunidades de inserção social e econômica, e reforça desigualdades históricas.

Nesse contexto, ganha relevância o conceito de alfabetização baseada em evidências científicas, que propõe a adoção de práticas pedagógicas validadas por estudos empíricos, com foco em estratégias que comprovadamente promovem avanços na aprendizagem da leitura e escrita. A Política Nacional de Alfabetização (PNA), lançada em 2019, surge como um marco importante nesse movimento, pois estabelece diretrizes inspiradas em evidências científicas, priorizando a consciência fonêmica, o desenvolvimento do vocabulário, a fluência e a compreensão leitora. Essa abordagem, já adotada com sucesso em países como Canadá, Austrália e Reino Unido, começa a se consolidar no cenário educacional brasileiro como uma possível resposta ao desafio da alfabetização de qualidade.

A escolha por esse tema se justifica pela urgência de se enfrentar os baixos índices de alfabetização no país e pela necessidade de equipar os professores com ferramentas e metodologias mais eficazes. A adoção de práticas baseadas em evidências pode fortalecer o trabalho docente, reduzir os índices de fracasso escolar e promover maior equidade nas oportunidades educacionais. Além disso, o aprofundamento desse debate é fundamental para garantir o cumprimento do direito à educação e contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável. A formação docente continuada, o acesso a materiais didáticos adequados e a implementação efetiva das diretrizes da PNA são aspectos fundamentais que demandam atenção da comunidade acadêmica, dos gestores educacionais e dos formuladores de políticas públicas.

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: de que maneira os estudos sobre a alfabetização baseada em evidências contribuem para a alfabetização dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental? Para isso, serão consideradas questões norteadoras que investigam as concepções teóricas e práticas da alfabetização baseada em evidências, a aplicabilidade da Política Nacional de Alfabetização, e as práticas pedagógicas que podem ser incorporadas ao contexto escolar a partir desse referencial.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como os estudos sobre a alfabetização baseada em evidências contribuem para a alfabetização dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Como objetivos específicos, pretende-se: conhecer as concepções teóricas e práticas que potencializam o trabalho docente; investigar de que forma a PNA pode ser aplicada para promover a alfabetização baseada em evidências; e identificar práticas pedagógicas eficazes que podem ser implementadas nas salas de aula.

A metodologia adotada neste estudo é de natureza bibliográfica, com base em publicações acadêmicas, documentos oficiais, relatórios institucionais e artigos científicos nacionais e internacionais. Serão analisadas produções que tratam da alfabetização baseada em evidências, suas concepções teóricas, sua aplicação prática e os resultados obtidos em diferentes contextos educacionais. Essa abordagem visa construir uma análise crítica e fundamentada sobre o tema, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à alfabetização.

Os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica evidenciam que a alfabetização baseada em evidências científicas têm potencial significativo para melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Estudos indicam que práticas

pedagógicas fundamentadas em evidências, como o ensino explícito e sistemático da consciência fonêmica, da decodificação, da fluência leitora e da compreensão textual, promovem avanços consistentes no desempenho dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade educacional. Além disso, foi possível observar que a Política Nacional de Alfabetização (PNA), ao incorporar diretrizes alinhadas a essas evidências, representa um importante instrumento de apoio à formação docente e à qualificação das práticas de ensino, contribuindo para uma alfabetização mais eficaz e equitativa

2 EVIDÊNCIAS POTENCIAIS DO TRABALHO DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

A alfabetização baseada em evidências é um processo fundamentado em métodos comprovados pela pesquisa científica, que buscam aprimorar o aprendizado da leitura e escrita, considerando aspectos cognitivos, linguísticos e sociais. Conforme Maluf e Cardoso-Martins (2013), a aquisição da leitura depende de habilidades fonológicas e da exposição sistemática às relações entre sons e grafemas. Esse enfoque permite o desenvolvimento eficiente das competências necessárias para decodificar e compreender textos.

Morais (2014), destaca que uma alfabetização eficaz exige práticas pedagógicas que integrem ciência e pedagogia. A proposta da alfabetização baseada em evidências prioriza atividades que desenvolvam a consciência fonológica e o reconhecimento automatizado das palavras, minimizando estratégias intuitivas que, embora populares, carecem de suporte empírico. Dehaene (2011), reforça essa perspectiva ao evidenciar, por meio de estudos neurocientíficos, que o cérebro humano possui áreas especializadas na decodificação de símbolos escritos, o que pode ser potencializado por intervenções apropriadas.

A Política Nacional de Alfabetização (Brasil, 2019), enfatiza que a formação docente é um pilar essencial para a implementação de práticas eficazes. Essa diretriz apoia-se em evidências científicas que apontam para a importância de uma abordagem sistemática e estruturada na alfabetização. Brites (2023) complementa ao sugerir estratégias neurocientíficas que, aplicadas corretamente, permitem uma progressão lógica no ensino da leitura, garantindo que os alunos desenvolvam habilidades de decodificação e compreensão.

Sargiane (2022), salienta que a alfabetização deve ser orientada por um currículo claro e coerente, capaz de guiar os educadores na escolha de métodos que respeitem as etapas

naturais do aprendizado da leitura. O autor argumenta que as práticas baseadas em evidências são eficazes tanto em contextos de maior vulnerabilidade quanto em ambientes privilegiados, desde que implementadas com rigor e consistência. Nesse sentido, o Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (2020) descreve os benefícios de tais práticas para reduzir desigualdades educacionais.

Freire e Macedo (2013), alertam para a necessidade de vincular o processo de alfabetização ao contexto social e cultural dos aprendizes. Embora sua abordagem tradicionalmente privilegia uma leitura crítica do mundo, a integração dessa visão com métodos baseados em evidências pode ampliar as possibilidades de aprendizado, promovendo uma alfabetização completa e contextualizada.

O Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) estabelece metas para garantir a alfabetização plena na idade adequada, objetivo que exige o alinhamento das políticas públicas aos princípios da ciência da leitura. O programa Criança Alfabetizada (Ministério Da Educação, 2023), representa uma iniciativa nessa direção, ao propor ações coordenadas entre estados e municípios, focadas na formação de professores e na oferta de materiais didáticos baseados em evidências.

Essas contribuições evidenciam que a alfabetização eficaz demanda um equilíbrio entre teoria, prática e contexto sociocultural, promovendo não apenas o domínio técnico da leitura e escrita, mas também o desenvolvimento integral dos alunos. Ao considerar que a alfabetização baseada em evidências se apoia em métodos validados por pesquisas científicas, Para Sargiani (2022), é fundamental que as práticas pedagógicas integrem os conhecimentos da neurociência, da psicologia cognitiva e da pedagogia, proporcionando aos estudantes oportunidades diversificadas para aquisição da linguagem escrita.

O trabalho docente torna-se mais potente quando o educador possui formação continuada, acesso a materiais didáticos atualizados e respaldo institucional para adaptar suas estratégias às necessidades da turma. Ambientes de aprendizagem ricos em estímulos, como bibliotecas acessíveis, uso de tecnologias educacionais e espaços de troca entre professores, potencializam os resultados do processo de alfabetização. Nesse sentido, para Morais (2014), políticas públicas nacionais, como a Política Nacional de Alfabetização e o Plano Nacional de Educação, têm papel central ao estabelecer diretrizes e metas que orientam a ação pedagógica e garantem o direito à alfabetização de qualidade.

Além disso, a valorização da diversidade cultural e social dos estudantes é essencial para que a alfabetização seja contextualizada, crítica e significativa. Integrar práticas

fundamentadas em evidências ao conhecimento do contexto dos alunos permite que o ensino da leitura e escrita vá além da decodificação, promovendo também a compreensão crítica e a participação ativa na sociedade (Freire; Macedo, 2014).

Sendo assim, a consolidação de uma alfabetização sólida e inclusiva depende do engajamento coletivo de educadores, gestores, pesquisadores e formuladores de políticas, bem como do constante investimento em formação e recursos educacionais. Esse conjunto de ações contribui para reduzir desigualdades, elevar os índices de aprendizagem e formar cidadãos mais preparados para os desafios do século XXI.

A potencialização do trabalho docente no processo de alfabetização dos estudantes requer formação contínua, acesso a materiais didáticos baseados em evidências e estratégias pedagógicas que integrem teoria e prática. Conforme Sargiani (2022), a qualificação dos professores é determinante para o sucesso da alfabetização, visto que os docentes necessitam de conhecimento teórico sólido e de ferramentas práticas para aplicar os princípios da ciência da leitura de forma eficaz.

De acordo com a Política Nacional de Alfabetização (Brasil, 2019), a capacitação docente deve ser priorizada em programas de formação inicial e continuada, com enfoque na consciência fonológica, na fluência leitora e na compreensão textual. Morais (2014) aponta que uma formação alinhada à ciência da leitura promove o domínio de métodos estruturados e sistemáticos, favorecendo intervenções pedagógicas capazes de atender às necessidades específicas de cada aluno. Para isso, é essencial que os professores compreendam o papel dos mecanismos cognitivos envolvidos na leitura, como ressaltado por Dehaene (2011), que destaca a importância do treinamento em habilidades de decodificação e reconhecimento de padrões gráficos.

Brites (2023), destaca que os docentes podem potencializar seu trabalho ao utilizarem estratégias neurocientíficas, como o uso de exercícios que estimulam as conexões cerebrais relacionadas à leitura. A autora enfatiza que práticas como a segmentação fonêmica, o ensino explícito do alfabeto e a repetição controlada de tarefas favorecem o desenvolvimento das competências necessárias para a alfabetização. Além disso, a análise contínua do progresso dos estudantes, por meio de avaliações diagnósticas e formativas, permite que o professor ajuste o ensino às dificuldades apresentadas.

O Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), reforça a necessidade de criar condições estruturais que favoreçam o trabalho docente. Isso inclui salas de aula equipadas com materiais adequados, bibliotecas acessíveis e tempo reservado para planejamento e formação

continuada. Freire e Macedo (2013), defendem que o professor deve ter a liberdade de adaptar os métodos ao contexto sociocultural de seus alunos, garantindo uma alfabetização que seja crítica e reflexiva, mas sempre embasada em evidências.

Sargiani (2022), aponta ainda que o uso de tecnologias educacionais pode amplificar o impacto do trabalho docente. Plataformas de ensino digital, softwares educacionais e recursos interativos auxiliam na personalização do ensino, proporcionando aos professores ferramentas para atender diferentes níveis de habilidade na sala de aula. O Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (2020) destaca que o uso consciente dessas ferramentas, alinhado a métodos comprovados cientificamente, promove um ambiente de aprendizado mais dinâmico e eficaz.

A implementação de políticas públicas, como o programa Criança Alfabetizada (Ministério Da Educação, 2023), também é fundamental para potencializar o trabalho docente. Essa iniciativa oferece formações específicas, recursos didáticos e suporte pedagógico, fortalecendo a capacidade do professor em executar práticas de ensino efetivas. Tais políticas garantem que o trabalho docente seja respaldado por um sistema educacional que valorize o impacto da alfabetização na formação integral dos estudantes.

Nesse aspecto, a valorização do papel docente passa pela criação de redes de colaboração entre professores, gestores e pesquisadores. Maluf e Cardoso-Martins (2013), destacam que o compartilhamento de experiências e práticas bem-sucedidas fortalece a comunidade educacional e fomenta a inovação pedagógica, contribuindo para um processo de alfabetização mais inclusivo e eficiente.

3 A ALFABETIZAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO-PNA

A implementação da alfabetização baseada em evidências a partir da Política Nacional de Alfabetização (PNA) envolve a integração de diretrizes políticas com práticas pedagógicas fundamentadas em pesquisas científicas. A PNA estabelece um conjunto de princípios e estratégias que orientam a formação de professores, o desenvolvimento de materiais didáticos e a avaliação de processos de ensino-aprendizagem, alinhando-se com as melhores práticas identificadas pela pesquisa educacional (Brasil, 2019).

Um dos aspectos fundamentais da PNA é a ênfase na formação continuada dos docentes, garantindo que os educadores estejam capacitados para aplicar métodos baseados

em evidências em suas salas de aula. Segundo a Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (2019), a formação inicial e continuada deve abordar conhecimentos sobre a ciência da leitura, estratégias de ensino eficazes e a utilização de recursos didáticos que promovam a alfabetização de maneira sistemática e estruturada. Essa abordagem é corroborada por Sargiani (2022), que argumenta que a capacitação dos professores é essencial para a implementação bem-sucedida de práticas baseadas em evidências, permitindo que os educadores adaptem suas metodologias às necessidades específicas de seus alunos.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) destaca, como um de seus pilares centrais, o investimento contínuo na formação de professores, afirmando que a atualização pedagógica sistemática permite aos educadores incorporar conhecimentos recentes da ciência da leitura ao cotidiano escolar (Brasil, 2019). Essa formação deve contemplar, segundo Sargiani (2022), tanto aspectos teóricos quanto práticos, capacitando os docentes para reconhecerem e intervirem de forma eficaz diante das diferentes realidades dos estudantes. Ao abordar o papel da formação, Dehaene (2011) enfatiza que o domínio das bases neurocientíficas da leitura possibilita práticas pedagógicas mais assertivas, uma vez que os professores compreendem de modo aprofundado os mecanismos cognitivos envolvidos no processo de alfabetização.

Além disso, Brites (2023) reforça que a utilização de práticas fundamentadas em evidências científicas, como a segmentação fonêmica e o ensino explícito do alfabeto, contribui para o desenvolvimento de competências essenciais à leitura, sobretudo quando associadas a estratégias de repetição controlada e acompanhamento individualizado dos alunos. O Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (2020), também salienta a importância da avaliação diagnóstica e formativa no processo de alfabetização, pois permite aos docentes monitorar o progresso dos estudantes e ajustar suas metodologias de ensino conforme as necessidades detectadas (Brasil, 2020).

A articulação entre formação docente, uso de materiais didáticos alinhados à ciência da leitura e avaliação contínua cria um ambiente propício para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes, como argumentam Maluf e Cardoso-Martins (2013). Segundo os autores, a colaboração entre professores, gestores e pesquisadores potencializa a inovação pedagógica e fortalece a comunidade escolar, promovendo uma alfabetização que não apenas respeita as evidências científicas, mas também valoriza a diversidade sociocultural dos alunos (Freire; Macedo, 2013).

Dessa forma, a implementação da PNA demanda o envolvimento coletivo de diferentes atores da educação, a consolidação de uma formação docente consistente e o compromisso com políticas que assegurem recursos, tempo e condições estruturais para o trabalho pedagógico, reafirmando o papel fundamental do professor como mediador do desenvolvimento integral dos estudantes (Brasil, 2014; Ministério da Educação, 2023).

A PNA também promove a utilização de materiais didáticos alinhados às evidências científicas sobre a alfabetização. Maluf e Cardoso-Martins (2013), destacam a importância de recursos que enfatizam a relação entre sons e grafemas, facilitando o desenvolvimento das habilidades fonológicas essenciais para a leitura e escrita. Além disso, Brites (2023), sugere a incorporação de estratégias neurocientíficas nos materiais pedagógicos, o que pode potencializar a eficácia das práticas de ensino ao considerar o funcionamento cognitivo dos alunos durante o processo de alfabetização.

Outro componente da PNA é a implementação de um currículo claro e coerente, que guie os educadores na escolha de métodos e atividades baseados em evidências. O Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (2020), enfatiza a necessidade de um currículo que respeite as etapas naturais do aprendizado da leitura, promovendo uma progressão lógica e adaptada ao desenvolvimento dos alunos. Essa orientação está alinhada com as propostas de Dehaene (2011), que explica como o conhecimento sobre os processos neurais da leitura pode informar a estruturação do currículo para maximizar a eficácia do ensino.

A PNA também reconhece a importância de avaliar continuamente os processos de alfabetização para garantir que as práticas adotadas sejam efetivas. Morais (2014), argumenta que a avaliação formativa, baseada em evidências, permite ajustes pedagógicos contínuos, assegurando que as estratégias utilizadas atendam às necessidades individuais dos alunos. A política nacional incentiva a utilização de ferramentas de avaliação que estejam fundamentadas em pesquisas científicas, proporcionando dados que possam orientar decisões educacionais e políticas públicas.

Além disso, a PNA promove a integração de aspectos socioculturais no processo de alfabetização, conforme ressaltado por Freire e Macedo (2013). A alfabetização não deve ser apenas a aquisição de habilidades técnicas de leitura e escrita, mas também a capacidade de interpretar e interagir com o mundo ao redor. A abordagem baseada em evidências, quando combinada com uma perspectiva sociocultural, enriquece o processo de aprendizagem, tornando-o mais significativo e relevante para os alunos (Freire; Macedo, 2013).

O compromisso nacional com a criança alfabetizada, conforme estabelecido pelo Ministério da Educação (2023), reforça a importância de políticas públicas alinhadas às evidências científicas para alcançar a meta de alfabetização plena na idade adequada. Programas como o Criança Alfabetizada visam coordenar esforços entre diferentes níveis de governo e instituições educacionais, promovendo a implementação uniforme de práticas baseadas em evidências em todo o país (Ministério Da Educação, 2023).

Adicionalmente, a legislação que sustenta a PNA, como a Lei no 13.005/2014, estabelece metas claras e mecanismos de acompanhamento para garantir a efetividade das políticas de alfabetização (Brasil, 2014). Essa base legal oferece respaldo institucional à implementação de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências, criando um ambiente normativo que apoia a adoção de metodologias alinhadas à ciência da leitura (Ministério da Educação, 2019). Conforme enfatizam Maluf e Cardoso-Martins (2013), a existência de diretrizes legais robustas é fundamental para uniformizar as ações entre diferentes redes de ensino e assegurar que os docentes contem com recursos, tempo e condições estruturais para desenvolver um trabalho pedagógico efetivo.

Além disso, vale destacar que a articulação entre legislação, formação docente e políticas públicas garante que as ações de alfabetização não ocorram de forma isolada, mas inseridas em um contexto sistêmico de apoio contínuo (Sargiani, 2022). O Ministério da Educação (2019), corrobora essa visão ao defender a necessidade de programas que promovam o desenvolvimento profissional dos professores, como o programa Criança Alfabetizada, e de instrumentos de avaliação nacional capazes de monitorar o avanço das metas estabelecidas.

No mesmo sentido, Brites (2023), ressalta que a clareza legislativa contribui para que gestores e professores possam alinhar suas práticas pedagógicas às melhores evidências disponíveis, integrando estratégias neurocientíficas e recursos didáticos inovadores ao cotidiano escolar. Freire e Macedo (2013), acrescentam que, para além dos aspectos técnicos, o respaldo institucional fortalece a valorização dos contextos socioculturais dos estudantes, promovendo uma alfabetização crítica e significativa.

Assim, a consolidação de uma política nacional de alfabetização baseada em evidências depende diretamente de uma estrutura legal sólida, de mecanismos de acompanhamento e de uma articulação constante entre formação docente, pesquisa científica e políticas públicas (Brasil, 2019; Maluf; Cardoso-Martins, 2013; Sargiani, 2022). Esse conjunto de fatores é fundamental para garantir o direito de todas as crianças à alfabetização

plena na idade adequada, reafirmando o papel do Estado na promoção de uma educação de qualidade para todos.

Nesse aspecto, trabalhar a alfabetização baseada em evidências a partir da Política Nacional de Alfabetização envolve uma abordagem multifacetada que integra formação docente, desenvolvimento de materiais didáticos, estruturação curricular, avaliação contínua e consideração dos contextos socioculturais dos alunos. A PNA, ao estabelecer diretrizes claras e promover a coordenação entre diferentes atores educacionais, cria um ambiente propício para a implementação de práticas pedagógicas eficazes, fundamentadas em pesquisas científicas e voltadas para a melhoria contínua do processo de alfabetização.

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DA ALFABETIZAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS

A alfabetização baseada em evidências fundamenta-se em práticas pedagógicas comprovadas cientificamente, que promovem o desenvolvimento das habilidades essenciais para leitura e escrita. De acordo com Sargiani (2022), a consciência fonológica é uma das habilidades centrais para o sucesso da alfabetização. Atividades que envolvem a identificação, segmentação e manipulação de sons contribuem para que os alunos compreendam a correspondência entre fonemas e grafemas, o que é importante no início do processo de leitura.

Maluf e Cardoso-Martins (2013) enfatizam que o ensino sistemático e explícito do alfabeto é uma prática indispensável. Essa abordagem permite que os estudantes associem os sons às letras de forma estruturada, desenvolvendo a decodificação com precisão. Além disso, estratégias que integram leitura e escrita de palavras, como o uso de ditados e a leitura de textos simples, reforçam o aprendizado, criando conexões entre as habilidades motoras e linguísticas.

Outra prática relevante é o ensino da fluência leitora, que desponta como um componente fundamental no processo de alfabetização, funcionando como elo entre a decodificação inicial e a compreensão aprofundada dos textos. Segundo Morais (2014), o desenvolvimento da fluência não se restringe à leitura rápida, mas abrange a capacidade de ler com precisão, ritmo adequado e entonação expressiva, elementos que, juntos, permitem ao aluno acessar o significado do texto de maneira mais eficiente.

Para promover a fluência, diferentes estratégias podem ser incorporadas ao cotidiano escolar. Leituras repetidas de pequenos textos ou poesias, por exemplo, ajudam as crianças a automatizarem a identificação de palavras e a ajustarem a prosódia, tornando o ato de ler mais natural e prazeroso. Além disso, a leitura em pares ou em grupos favorece a troca de experiências, a observação de diferentes formas de leitura e o encorajamento mútuo, aspectos essenciais para o engajamento dos alunos.

Ao lado da fluência, o ensino sistemático de vocabulário se tornaimportante, uma vez que explorar o significado das palavras em diferentes contextos, seja por meio de histórias, jogos semânticos ou discussões sobre o uso de certos termos, para Morais (2014), amplia o repertório linguístico e fortalece a compreensão leitora. O contato frequente com textos variados, como contos, quadrinhos e notícias, possibilita que os estudantes se deparem com novas palavras, o que estimula a curiosidade e a autonomia na busca pelo entendimento.

É importante ressaltar que a integração entre fluência e vocabulário potencializa o desenvolvimento da compreensão textual. À medida que os alunos leem com mais facilidade e compreendem o significado das palavras, tornam-se mais capazes de inferir informações, realizar conexões com seus conhecimentos prévios e interpretar criticamente o que leem. Práticas como debates sobre temas dos textos, produção de resumos e releituras guiadas também contribuem para a consolidação dessas habilidades.

A utilização de instrumentos de avaliação contínua, como registros de leitura e checklists de progresso, permite aos docentes identificarem avanços e dificuldades, ajustando as intervenções de acordo com as necessidades individuais de cada estudante. Assim, a fluência leitora e o ensino de vocabulário, articulados a práticas reflexivas e contextuais, constituem pilares para uma alfabetização plena, crítica e significativa.

Dehaene (2011), aponta que a exposição regular à leitura de histórias em voz alta é uma prática pedagógica poderosa, pois estimula as conexões cerebrais responsáveis pela compreensão textual e pela memória semântica. Durante essa prática, os professores podem interagir com os alunos por meio de perguntas sobre a narrativa, incentivando a análise e a interpretação dos textos. Esse diálogo contribui para o desenvolvimento da compreensão leitora e fortalece a interação aluno-professor.

Além disso, Brites (2023) reforça a relevância de práticas que incorporam elementos visuais e manipulativos, como jogos educativos que integram letras e sons, quebra-cabeças de palavras e cartões ilustrados. A utilização desses recursos didáticos diversificados torna o processo de aprendizagem mais dinâmico, envolvente e acessível, proporcionando múltiplas

oportunidades para que as crianças construam relações sólidas entre fonemas e grafemas. Por exemplo, jogos de memória com letras e imagens auxiliam na fixação dos sons e das correspondências alfabéticas, enquanto atividades com blocos de montar palavras favorecem o reconhecimento de padrões ortográficos e o desenvolvimento da consciência fonológica.

O uso de tecnologias digitais, como aplicativos educacionais e plataformas interativas baseadas em evidências científicas, potencializa ainda mais essas práticas. Esses recursos tecnológicos oferecem aos alunos feedback imediato e personalizado, adaptando os desafios conforme o progresso individual e identificando rapidamente eventuais dificuldades de aprendizagem. Ferramentas digitais podem apresentar exercícios de segmentação de palavras, associações de imagens e sons, leitura guiada e até jogos colaborativos que promovem o trabalho em equipe e a socialização do conhecimento.

É importante destacar que a integração de materiais manipulativos e tecnológicos deve ser acompanhada de orientação pedagógica qualificada, garantindo que esses instrumentos sejam utilizados intencionalmente, de acordo com objetivos claros de ensino e aprendizagem. Assim, a combinação de práticas tradicionais, recursos lúdicos e inovações tecnológicas contribui para criar um ambiente alfabetizador rico e multifacetado, no qual cada estudante pode desenvolver suas habilidades de leitura e escrita de maneira significativa, motivadora e pautada nas melhores evidências disponíveis.

Segundo o Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (2020), práticas pedagógicas que utilizam avaliações diagnósticas e formativas são essenciais para identificar as dificuldades individuais dos alunos e adaptar o ensino às suas necessidades. Essas avaliações permitem que o professor implemente intervenções direcionadas, como o reforço da consciência fonêmica para alunos que apresentam dificuldades específicas nessa área.

Cabe destacar que Freire e Macedo (2013), destacam que, apesar da relevância das evidências científicas, é fundamental contextualizar as práticas pedagógicas de acordo com a realidade sociocultural dos estudantes. A inclusão de textos e atividades que reflitam o cotidiano das crianças torna o aprendizado mais significativo e motivador. Essa perspectiva pode ser integrada aos métodos baseados em evidências, criando uma alfabetização crítica e contextualizada.

Cosenza e Guerra (2011), ressaltam que o envolvimento afetivo dos alunos, aliado à valorização de suas experiências prévias, contribui de maneira decisiva para o desenvolvimento das competências leitoras e escritoras. Ao considerar fatores emocionais e

sociais no processo de ensino, docentes ampliam o alcance das práticas alfabetizadoras e fortalecem o engajamento em sala de aula.

Além disso, Deslandes et al. (2016) argumentam que a criatividade e a flexibilidade metodológica são essenciais para a construção do conhecimento, especialmente em contextos de diversidade cultural. O uso de múltiplas estratégias, que dialogam com a realidade dos estudantes, potencializa não apenas a aprendizagem da leitura e escrita, mas também o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual.

Por fim, o Ministério da Educação (Brasil, 2019) ressalta que as práticas pedagógicas devem ser sustentadas por políticas públicas que ofereçam suporte aos professores, como formações continuadas, materiais didáticos e acompanhamento pedagógico. Iniciativas como o programa Criança Alfabetizada (Ministério Da Educação, 2023) mostram que, ao combinar práticas pedagógicas comprovadas com recursos estruturados, é possível melhorar significativamente os resultados da alfabetização no país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo central analisar as contribuições dos estudos sobre a alfabetização baseada em evidências para o processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A análise bibliográfica permitiu constatar que essa abordagem, fundamentada em pesquisas científicas, oferece um arcabouço sólido e eficaz para a formação de leitores competentes. A pesquisa demonstrou que a implementação de práticas pedagógicas estruturadas em pilares essenciais como a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, a fluência leitora, o desenvolvimento de vocabulário e a compreensão textual responde diretamente aos desafios históricos da alfabetização no Brasil, promovendo avanços significativos no desempenho dos alunos, especialmente daqueles em contextos de vulnerabilidade social.

Verificou-se que o papel do professor é potencializado quando sua prática é amparada por uma formação continuada robusta, acesso a materiais didáticos alinhados às evidências e apoio institucional. A Política Nacional de Alfabetização (PNA) surge, nesse cenário, como um marco regulatório fundamental, ao orientar a implementação de um currículo coerente e de estratégias de ensino que já demonstraram sucesso em outros países. A articulação entre políticas públicas, como o programa Criança Alfabetizada, e a prática em sala de aula é

essencial para garantir que os métodos baseados em evidências sejam aplicados de maneira consistente e eficaz em todo o território nacional.

As práticas pedagógicas identificadas como mais eficazes incluem o ensino explícito e sistemático das correspondências entre grafemas e fonemas, atividades de leitura repetida para o desenvolvimento da fluência, e a exploração de textos diversos para ampliar o vocabulário e a capacidade de interpretação. Foi igualmente ressaltada a importância de integrar essas técnicas, validadas pela ciência da leitura e pela neurociência, a uma abordagem que valorize o contexto sociocultural dos estudantes, tornando o aprendizado significativo e crítico, como defendido por autores como Freire e Macedo (2013). A utilização de avaliações diagnósticas e formativas também se mostrou importante para monitorar o progresso individual e ajustar as intervenções pedagógicas conforme as necessidades de cada criança.

Adicionalmente, o estudo apontou que a eficácia da alfabetização baseada em evidências é amplificada pelo uso de recursos didáticos diversificados. A incorporação de materiais manipulativos, jogos educativos e tecnologias interativas torna o processo de aprendizagem mais dinâmico e envolvente, atendendo a diferentes estilos de aprendizagem e consolidando a relação entre sons e letras de maneira lúdica. O engajamento afetivo e a valorização das experiências prévias dos alunos também foram destacados como fatores que fortalecem o desenvolvimento de competências leitoras e escritoras.

Portanto, a adoção de estratégias de alfabetização fundamentadas em evidências científicas representa um avanço significativo para a educação brasileira, com potencial para reduzir as desigualdades e construir uma base sólida na formação leitora dos estudantes. Para a consolidação desse paradigma, recomenda-se o investimento contínuo em pesquisas aplicadas, a formulação de políticas públicas consistentes e, sobretudo, a valorização e capacitação dos docentes, que são os agentes primordiais na transformação da teoria em aprendizado efetivo e inclusivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização.** – Brasília : MEC, SEALF, 2019. 54 p.

BRITES, Luciana. **Alfabetização:** por onde começar :um programa neurocientífico eficiente para ensinar a ler de verdade: São Paulo: Editora Gente, 2023. 160 p.

CONSENZA M. Ramon . GUERRA B. Leonor. **Neurociência e educação como o cérebro aprende.** Porto Alegre Artmed, 2011. 151p.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura:** como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Tradução de Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012. 374 p.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016 (Série Manuais Acadêmicos) 5a reimpressão, 2021. 96 p.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização:** leitura do mundo, leitura da palavra. Tradução de Lélio Lourenço de Oliveira. 12a edição. Paz e Terra: Rio de Janeiro 2023. 271 p.

MALUF, Maria Regina; CARDOSO-MARTINS, Cláudia: **Alfabetização no Século XXI:** como se aprende a ler e a escrever. Porto Alegre: Penso, 2013. 184 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada.

MORAIS, José. **Alfabetizar para a democracia.** Porto Alegre: Penso, 2014. 184 p.

Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências [recurso eletrônico] / organizado por Ministério da Educação – MEC; coordenado por Secretaria de Alfabetização - Sealf. – Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020.

RUSSO Rita Margarida Toler. **Neuropsicopedagoga clínica introdução**: conceitos, teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2015

SARGIANI, Renan. **Alfabetização baseada em evidências:** da ciência à sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2022. 288 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2016.